

EDITORIAL

EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

As agendas mundiais aquiescentes ao processo de globalização econômica, ressignificações de blocos e territórios tem escalonado inúmeros eixos para a composição de um discurso e base ideológica anuentes ao processo de internacionalização, em tese, com forte ênfase à solidarização entre países economicamente avançados e àqueles abertos ao diálogo sob a mesma perspectiva. Ocorre que as proposições observados ao longo do tempo histórico, orientadas sob a lógica do mercado, não acontecem sem contrapartidas e/ou ganhos reais, ainda que em médio e longo prazos, logo, a “sintonia” possível deve necessariamente se materializar pela adesão ao sociometabolismo do arranjo social desejado. Isso não deve ser confundido com a negação de diálogo entre as nações ou ainda ingênua resistência em cumprir uma agenda nacional, ignorando os tempos e desenvolvimentos científicos e tecnológicos que ocorrem como fenômenos da produção e autoprodução humana, ao contrário; como indício de formatação do sujeitos e sociedade à luz das expectativas dos meios de produção internacionalizados.

Em todo o caso, não se ignora o fato de que a formação de exército de consumo dos produtos gerados importa por demasia aos grande grupos corporativos, bem como os Estados-nação que advogam modelos específicos de produção e reprodução. Nesse caso, traz-se à tona a educação superior mundial que, encabeçada pela normativa de formação científica e tecnológica altamente qualificada, deve buscar, ainda que além-fronteiras, afinação entre currículos e estabelecimento de espaços comuns de negociação sobre créditos, duração, carga horária e perfil de profissionais a serem formados. Nesse contexto é feita a defesa de que a educação superior internacionalizada pode favorecer a construção de uma tipologia de sociedade, a começar pela tipologia de sujeito desejado, o que deve passar pela reforma da academia, pelas métricas dos produtos e serviços inspirados em experiências “ditas” exitosas e adesão a um “discurso comum”, ainda que preservadas agendas nacionais e/ou subnacionais de forma comedida. Os tempos e movimentos marcados pelos modelos de universidade, não se dão somente em nível institucional, é fruto da reestruturação dos modos-de produção e perfilamento da força de trabalho, conformando a expectativa de estrutura social hegemônica. A construção de uma agenda internacionalizada, comum, não quer dizer necessariamente que as oportunidades geradas serão comuns, a exemplo do ocorre atualmente na Europa por meio do Processo de Bolonha via Projeto Tuning Europeu. Tal modelo, por meio da metodologia “Tuning”, ainda que facilite a oportunidade de ingresso à educação superior e intercâmbios entre os países participantes, não é o suficiente para consolidar efetivamente a “solidarização” econômica e social que, em contexto ideal, deveria ser a mola propulsora do novo cidadão europeu.

Certamente a formação de uma espaço comum e estabelecimento de novos arranjos de intercâmbios entre países distintos contribui para a totalização de uma educação superior bem consolidada, desde que e em termos especificados seja fruto de debates e encaminhamentos da realidade de cada país, entretanto, por conta de defesa de um discursos intensivos sobre as experiências exitosas do modelo europeu, muito países representados por instituições de ensino superior na América Latina, tem feito adesão ao financiamento patrocinado pela União Europeia mediante a incorporação de projeto derivado do Tuning Europeu denominado “Projeto Alfa Tuning América Latina” (PATAL). Embora tais adesões tenham começado no início dos anos 2000, ainda é objeto de reflexões na academia, considerando a sua viabilidade, necessidade ou não de perfilamento similar, dentre outros. Tais elementos discutidos a partir de distintos ângulos são reunidos no presente dossiê organizado pela Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo da Universidade Federal de São João Del Rei. Tais discussões não se encerram com as proposições elaborados pelos autores mas, as entendemos como pronto de partida para ampliação do olhar sobre a mobilidade estudantil, a exigibilidade de construção de um currículo comum na América Latina e Caribe, a validação de diplomas e reciprocidade de estudos entre países do bloco.

*Editor responsável. Docente do PPGED (Mestrado e Doutorado em Educação) e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br